



EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

Institutional Business Consultoria Internacional

ISSN Nº: 1983-2168

Professor Istvan Kasznar PhD.
Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE – Escola Brasileira de Administração
Pública e de Empresas;
Professor – Conferencista do IBMEC; PUC – Pontifícia Universidade Católica e UERJ – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.
Economista – Chefe da ACREFI
CEO da IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional.
Conselheiro Econômico do Instituto Dannemann Siemsen da Propriedade Industrial – IDS.

istvan@fqv.br - istvan@acrefi.org.br - istvan@ibci.com.br

PROJEÇÕES ECONÔMICAS E AUTORIDADES: DIFERENÇAS NA ÓTICA E NA TOMADA DE PERSPECTIVA.

Introdução

É bastante comum verificar que as autoridades de um país, qualquer que ele seja, tendem a minimizar as notícias ruins que, vindas de fora, poderiam afetar e modificar o crescimento, o emprego, a formação de riqueza e o equilíbrio macroeconômico interno.

Em certas circunstâncias, parece que as autoridades, para tranquilizar os agentes econômicos, estão desinformadas ou padecem de autismo.

Na verdade, como desejam o máximo bem-estar à população, e provavelmente quererão adotar medidas que reduzam os problemas oriundos do exterior, elas se dão algum tempo, para conhecer e definir melhor o que sucede, com vistas a adotarem medidas de política econômica que sejam necessárias e condizentes com as situações que não de enfrentar.

Se bem que exista um certo bom senso nesta atitude da autoridade, ela possui e traz consigo um perigo iminente, que pode causar sérios prejuízos a uma nação. Trata-se de não fazendo nada, passar uma imagem de inércia, que desemboca em descrédito. E este, na falta de confiança que gera, possui uma implicação maior. O custo de reequilibrar uma economia é tanto maior, quanto mais demorada é a ação das autoridades.

Os custos do reequilíbrio crescem em proporções geométricas e exponenciais.

Donde, é fundamental que as autoridades reajam o quanto antes e não postecipem problemas.

Este artigo lida com este assunto. Ele corresponde a uma reflexão acerca do assunto. Nosso objetivo é o de mostrar o que sucede neste sentido na literatura e nos nossos pensamentos.

Cenários, modelos e o ser pudico em Economia, face a um mundo complexo.

Para crescer e desenvolver corretamente, evitando-se erros e minorando-se desvios, os países assim como as empresas utilizam o Planejamento como ferramenta fundamental de suas estruturas de decisão. E entre os instrumentos que são aproveitados para desenhar-se o futuro, esboçam-se e criam-se cenários.

Os cenários do futuro são fundamentais, para que se trace e imagine com lógica e coerência o que pode vir a ocorrer, a acontecer, no futuro. Afinal de contas, é no futuro que se vai viver. E os agentes econômicos desejam viver num espaço temporal futuro cada vez melhor. Para torná-lo uma realidade palpável, é preciso levantar a situação atual, projetá-la e verificar se com ou sem alterações, mudanças ou influências de decisão de teor político elas serão benéficas, neutras ou prejudiciais aos interesses em pauta.

Fazer e montar cenários é uma tarefa árdua, complexa e efetivamente difícil. Há inúmeras modelagens, projeções e profecias que os ditos especialistas fazem, também com graus de acerto e erro dos mais variados. Desde tempos imemoriais é famosa a tradição cigana da “leitura da vida por vir, através da leitura da palma da mão”. Profetas e previsões pitorescas e sobre catástrofes que impingem a humanidade são numerosas no Velho e no Novo Testamento. Nostradamus e suas profecias, ainda dando margem a toda sorte de interpretações e aplicando-se ao que for possível, tornou-se famoso por suas previsões.

E os economistas esmeraram-se em criar modelos projetivos baseados em conhecimentos econométricos, estatísticos, e matematicamente dinâmicos. Olhando para trás, para o espelho retrovisor, lançaram futurologias projetivas com tintas de destino disponível, pela repetição em maior ou menor grau do passado, e a isso chamaram de modelos adaptativos.

E quando possível, lançaram-se para frente, com a formação e geração de modelos entulhados de expectativas, muitas tituladas de racionais, com vistas a prever o futuro pelo bom comportamento dos homens. John Muth foi um predecessor destes estudos, seguido por Lucas, Phelps, Cagan e Barro entre outros.

Contudo, apesar do bom esforço e do bom apelo, muitas projeções furaram e continuarão furando. Não apenas porque a economia não é uma ciência exata, ou porque projeções de política econômica envolvem variáveis sutis, abstratas e freqüentemente novas, mas porque a sociedade não é lógica, nem bem comportada e menos ainda racional no sentido clássico.

Os indivíduos possuem uma prioridade principal, eles mesmos. Pode haver e há tendências favoráveis ao espírito coletivista, à ação humanitária e à formação e construção do benefício social. Todavia, o que movem os homens são interesses, freqüentemente curto-prazistas, imediatistas, onde a ganância impera e o bem se faz como fração distributiva de bens a doar e presentear após o sucesso alcançado e almejado.

Deste modo, há boas razões para que projeções dos modelistas racionais, voltados a uma ou mais mudanças em macro e micro-variáveis, tenham dado resultados irracionais, ilógicos ou não esperados.

O mundo habituou-se em seu curso vitoriano do século XIX a agir de forma pudica e beneficente do bom-mocismo ao estilo *dandy* nas projeções macroeconômicas e empresariais. Os exércitos britânicos ceifavam vidas mundo afora para consolidar sobre o

sangue das suas colônias seu império ultramarino. No século XX, a evolução conceptual do convívio em sociedade aprimorou-se, com a geração de estudos que mostravam o que é e como parece ser a realidade. Mas as projeções ainda incorporavam um formato medieval, onde céu, purgatório e inferno poderiam ser o futuro final de cada um. E isto incutiu uma noção de ameaça, de culpa e de responsabilidade que desemboca em possíveis punições, que fizeram não aparecer, não surgir, o lado irracional, mau, inadequado, fora da lei, logo transgressor, da humanidade.

E esta desconsideração, que é muito usual em estudos de economia, política e sociologia, que nem sempre se atreve em debater o desagradável, o desonesto, o desabonador, o fetichista e algo parecido, pode criar distorções e com estas, erros de projeção e interpretação de fatos passados, presentes e futuros.

Naturalmente, os cientistas precisam entender que porque abordam um assunto complicado e delicado do ponto de vista ético, comportamental, isso não significa que eles o estejam praticando. Gary Becker, o ilustre professor octogenário da Universidade de Chicago entendeu este ponto muito bem, e tem feito pesquisas bem variadas em campos outrora pouco analisados, como os do crime e da violência, do narcotráfico ou da produção de bens transgênicos.

No Brasil, contudo, perdura neste particular um certo provincianismo associado a prejulgamentos indesejáveis e é comum ouvir-se, por exemplo, que um estudo sobre o mercado paralelo de divisas torna uma pessoa especialista em mercado paralelo, logo isto ocorre porque trabalha nele, o que pode ser uma conclusão apressada e errada.

Emerge um sentido pejorativo. Surge um ambiente de reprovação. O véu da dúvida e da condenação se alinha sobre quem se atreve a estudar temas mais bem legalmente puníveis. E isto inibe a pesquisa, os acadêmicos e dessa forma reduz o grau de precisão geral de modelos, ferramentas e processos decisórios públicos e privados.

E parece que a sociedade atual, em que vivemos, ainda tem dificuldades em desaprender, para ver e enxergar às claras que uma parte da sociedade pode agir com pureza, bondade e inocência. Mas outra, regida pelas leis informais do banditismo, da especulação gananciosa sem culpas nem traumas, da usura ao extremo, do fascismo, da tirania, do ato mafioso, da matança e da eliminação dos inimigos, da produção de bens e serviços proibidos porque nocivos à saúde humana - tal como o narcotráfico pensa e age diferente. E ao agir, se manifesta, muda o rumo presumido das variáveis macros e microeconômicas e altera projeções.

Some-se a isto um outro caldo de cultura, o da declaração formal de projeções, idéias, tendências e políticas, divulgadas por quem está e exerce o poder.

Do ponto de vista macroeconômico, o que se deseja é antes de tudo macroestabilidade combinadas no curto, no médio e no longo prazo. Isto é, que exista crescimento positivo e forte do Produto Interno Bruto – PIB, auto-sustentável; que haja um bom e crescente superávit no Balanço de Pagamentos, o qual venha a gerar altas reservas internacionais; e que a inflação seja baixa, mínima e evolua sem artifícios. E que no tempo os investimentos cresçam e se multipliquem, para gerar mais renda, empregos e impostos, estes para sustentar o Estado e as políticas públicas necessárias para assegurar o desenvolvimento com bem-estar crescente.

Ora, o investimento é um sacrifício que renderá – se render mesmo algo – frutos no futuro. E para obtê-lo, assim como para criar a rota de estabilidade macro, é preciso confiar no futuro, acreditar que o futuro será bom, promissor, gerador de bonança, enriquecedor, enfim, alvissareiro.

Como decorrência, a autoridade, por mais séria e contida, ortodoxa e honesta que seja, tende a minorar notícias ruins ou desabonadoras de uma economia e propugna a altos brados suas variáveis macro que tendem à melhoria e reforço de resultados. Isto é, a autoridade é capaz de viesar a informação, ou de acobertar dentro de certas faixas certos dados e informações, para manter, elevar e otimizar o clima empresarial, institucional, organizacional, administrativo, político, econômico e sociológico, com vistas a obter um clima propício aos seus propósitos e interesses, de desenvolvimento sócio – econômico combinados a um assentamento e a um *status-quo* de intra-estabilidade de elevado grau de segurança.

Assim, se houver um “probleminha emergente”, a autoridade de público terá a provável tendência de minimizá-lo e ignorá-lo olímpicamente. Se o problema tomar vulto, passará a tomar medidas e atacará as possíveis “fontes externas” do distúrbio, para não assumir a paternidade da ocorrência, o que implica em responsabilidade, potencial julgamento público e algum tipo de punição e julgamento, com elevação do grau de punibilidade. E enquanto se dirigir ao público com serenidade, pondo panos quentes sobre o assunto, por trás dos corredores estará – espera-se – acionando para valer medidas que demovam, reduzam e eliminem o problema.

Este conjunto de elementos explica em boa medida porque as autoridades tendem a projetar altas e boas taxas de crescimento do PIB, ou pelo menos, taxas maiores que aquelas que se verificam posteriormente. Também por esta via justifica-se porque as autoridades prometem um permanente combate à inflação e apontam sua baixa e queda, com menores pressões, a futuro. E também sustenta a percepção do porque recordes superavitários externos são apresentados como vitórias e troféus macroeconômicos.

Na adição, mostrar investimentos públicos crescentes, grandes, parrudos, numericamente impressionantes, como os do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, é o mesmo que comprovar a capacidade de pagamento e de articulação político-econômico-empresarial presente, com importantes efeitos positivos sobre o futuro. E no processo associativo dos investimentos, este investimento público haveria de ser então uma alavanca promotora do investimento privado. Este viria no Brasil como sinal de confiança da sinalização propiciada pelo setor público.

E no âmbito internacional, mundial, estes pensamentos se aplicam? Eles são aderentes?

Certamente que sim.

O comportamento humano é universalmente similar. As culturas e os processos atitudinais é que podem apresentar diferenças. E na medida em que o comércio, os serviços, a tecnologia e as comunicações integram a humanidade, cada vez mais é possível perceber que os vasos comunicantes das ações integradas mundiais aumentaram e que o formato de atuação de pessoas, como indivíduos e de agentes econômicos, como os anteriores e as empresas mais o estado, tendem a convergir para um corredor de atitudes comportamentais semelhantes. Não necessariamente iguais, mas algo parecidas.

As normas, as portarias, as legislações, os acordos internacionais e as constituições das nações soberanas e democráticas tendem a convergir em pontos principais e notórios. E da mesma forma, a base intrínseca do comportamento humano, do espírito bom que se modifica no tempo no sentido de Jean Jacques Rousseau, tendem a ser similares.

Desta forma, é compreensível que a tendência a uma longa e mais profunda recessão nos Estados Unidos preocupe os investidores e cidadãos do mundo. Maior economia

mundial, os EUA responderam por aproximadamente 26% do PIB mundial em 2.007. E seus movimentos se sentem no comércio, logo nas exportações de bens e serviços, mundial.

A modernização industrial promovida na era Reagan gerou frutos que se colheram na áurea era Clinton e ainda em nossos dias beneficiam o governo Bush filho. A produtividade norte-americana aumentou e melhorou as relações comerciais com o mundo. O setor serviços evoluiu primorosamente, criando pontas de tecnologia yankee em computação, processamento de dados, tecnologia da informação e do domínio espacial e afins, que não possuem nem sombra em comparação às outras nações.

Como decorrência, em seu afã de manter a ponta-líder do desenvolvimento e a abundância do consumo afluente para seus concidadãos, a América afrouxou as taxas de juros de longo prazo, historicamente situadas nos 2,6% anuais, para entre 2001 e 2007 mantê-las perto dos 1% a 1,5% ao ano, o que era motivador de consumo, independente de classe de renda e capacidade de pagamento.

Entre outros, cresceu o crédito de segunda classe, de risco bem elevado, dado a quem em circunstâncias normais não teria condições de receber crédito, especialmente o imobiliário como o do sub-prime. Com o seu montante sendo guardado como dado estatístico e operacional a sete chaves, não divulgado, e agora conhecido para dezembro de 2.007, no montante de US\$ 587 bilhões, com um índice de inadimplência de 37% crescente, na medida em que as taxas de juros dos *T-Bonds* e dos *T-Bills*, sobretudo voltam a ficar acima dos 2,7% anuais, é natural que o mundo se preocupe.

E as autoridades norte-americanas não se apressaram em divulgar a má notícia. Esta, é a da existência de inadimplência, em créditos que promovem a compra e o financiamento imobiliário. E imóveis são componentes da indústria da construção civil, que promove o crescimento econômico, a formação da pela geração de mais empregos e com isto um efeito generalizado na função agregada de investimentos da nação.

Outra notícia que nos EUA veio desde sua inicial divulgação truncada e disforme, é a dos gastos públicos e do envolvimento dos EUA na guerra anti-terror após o ataque terrorista bem sucedido ao Pentágono em 2001 e às torres gêmeas; assim como o envolvimento crescente nas guerras do Afeganistão e sobretudo do rico em petróleo Iraque.

Além de prometer-se uma guerra vitoriosa, acenou-se com uma pacificação no Iraque que nem atualmente se verificou, nem com a claqué ocidental lá instalada se verificará numa década que seja. Ao colocarem as farpas problemáticas de guerra embaixo do tapete, acobertando verdades que se revelam facilmente no mundo cibernético da Internet com filmes por You-tube, que de tudo mostram a todo cidadão do mundo, os norte-americanos perceberam que o déficit público veio para ficar e que quem paga as contas do descalabro belicista público são eles mesmos.

Este elemento também retraiu os investimentos locais, induzindo a um maior ritmo de desaceleração econômica, logo na direção de uma recessão.

Portanto, o que explica a pane americana é em parte o fato de que as autoridades agiram tardiamente tanto na necessidade de se elevar a taxa de juros real que gera a estabilidade histórica e de longo prazo da economia; quanto na adoção de políticas que suavizassem o gasto público de impreciso retorno empatado na promoção da guerra do Iraque e na operação – limpeza de talibãs e terroristas no Afeganistão.

Sedentos por petróleo, do qual dependem para movimentar seus automóveis, caminhões, tratores, e indústrias, os EUA decidiram invadir o Iraque às custas de vidas militares e aos benefícios da comunidade acostumada a consumir maciçamente e a pagar pensionistas e feridos de guerra desde a guerra de Secessão (1861 – 1865).

Portanto, as informações não divulgadas, mal apresentadas, e acobertadas, das autoridades e dos agentes envolvidos nestes dois episódios, explicam porque se formou no mundo um clima de prudência, de temor e de precaução maior. O que se deseja é manter o consumo e o crescimento, com a correção de rotas políticas e macroeconômicas, assim como setoriais, para que o capitalismo volte a mostrar o seu matiz salutar.

E isto obriga as autoridades a tomarem medidas algo ortodoxas, que punem o consumo nos EUA, logo antipáticas, como a continuidade da elevação – embora que mais módica em 2.008 – das taxas reais de juros.

Naturalmente, dizer ao público que o consumo privado será freado; que as taxas de juros poderão aumentar; que poderá perdurar a recessão e com esta aumentará o desemprego, as autoridades econômicas não gostam. Complicado é, neste momento e nestas circunstâncias, o papel do presidente do FED, o Banco Central dos EUA, Bernanke.

E a situação se torna especialmente complicada, difícil de interpretar e difusa na leitura de um painel mundial em plena ebulição e transformação, quando se lê o banco de dados da China Continental.

O mundo olha atônito, espantado, de olhos esbugalhados, uma ditadura comunista assumir uma roupagem econômica capitalista liberal em vários setores significativos e crescer faz uma década a taxas médias anuais próximas a 12%.

As autoridades chinesas proclamam sucessos ímpares aos quatro ventos, num quadro histórico no qual de fato se notabilizavam na segunda metade do século XX como bem vetustos, econômicos, poupadores, controlados e com enorme aversão ao uso de empréstimos e capitais de terceiros, que implicam no pagamento de juros. Esta seria uma execração capitalista.

Guiados pela injeção de capital e de demanda comercial pelos seus bens de uma América rica e próspera nos anos 1.990, que de vez reduziu seus gastos de sustentação das economias alemã e japonesa do pós-segunda guerra mundial, dispondo como consequência de recursos para penetrar na fechada economia e sociedade chinesa, os chineses podem tributar grande parte de seu sucesso ao desenvolvimentismo cosmopolita norte-americano.

Ora, agora que os EUA e o tio Sam manifestam dificuldades internas na gestão das contas públicas por conta das guerras e consumos privados elevados movidos a juros baixos sem capacidade de ressarcimento – o que é sagrado – à banca, é bem possível que a recessão americana afronte e influencie o bem-estar da China. E limpar, purgar e selecionar para a competitividade uma carteira de títulos *sub-prime* de US\$ 585 bilhões demora bem de dois e três anos.

Seguindo-se esta lógica e como decorrência, é bem possível que as autoridades chinesas continuem afirmando que sua economia e sociedade navegam com segurança e sem turbulências. As autoridades, como demonstrado, gostam de ser assertivas na divulgação de boas notícias e são mais reticentes e lentas, entrópicas, na divulgação de ocorrências e tendências prejudiciais, negativas ou danosas aos seus interesses e do público em geral.

Contudo, é de bom alvitre afirmar que, a perdurar a crise e a recessão norte americana, que o Presidente Bush quer também resolver com a redução dos impostos ao contribuinte e injetar desta forma renda para consumo presente equivalente a 1,7% aproximadamente do PIB de 2007, a demanda por bens externos, logo a importar entre outros da China, vai cair, e isto desacelerará a economia chinesa.

E deste modo, por efeito dominó, é possível que se verifique uma contaminação mundial na contaminação e na dinâmica dos negócios. Um *slowdown* é bem capaz de suceder.

E o mundo perceberá uma bolha de valoração artificial nos ativos e nos bens intangíveis da China. Isto implicará na necessidade de se fazer um ajuste seqüencial. Primeiro EUA, a seguir China, então Japão e o mercado Comum Europeu, então América latina, nesta pontificando o Brasil.

Afinal de contas, o mundo e as nações que o constituem estão cada vez mais interligados.

Como decorrência final destes elementos e eventos previsíveis, reforçar a posição empresarial no Brasil e permanecer vigilante na cobrança de uma política interna, doméstica, brasileira, séria e bem voltada aos interesses nacionais, faz pleno sentido no biênio 2.007 / 2.008.

Conclusões

Houve progressos inegáveis na construção de modelos econômicos, administrativos e sociológicos, vinculados à análises das sociedades, ao longo das últimas décadas.

A liberdade de pensamento crescente; a liberdade da juventude; a liberdade dos hábitos sexuais e as manifestações públicas livres, de pensamentos e protestos múltiplos, deixam à exposição o pensamento e a forma de agir humanas.

No campo da Economia, modelos modernos trazem consigo pensamentos mais modernos, mais realistas sobre o consumidor e os agentes econômicos em geral. Todavia, ainda falta muito, para que o comportamentalismo surja em sua plenitude, realista e rude como é e pode ser.

Enquanto não se desatem certos nós psicológicos e comportamentais, que nos prendem a um “comportamento de bom moço”, estaremos viesando as análises econômicas e deixando de ver outros ângulos e lados, essenciais para a verdadeira e mais completa visão sistêmica da realidade.

Resumo

O autor utiliza uma análise *behaviorista*, comportamentalista, para a Economia. Mostra que especialmente junto às autoridades dos países, existe uma tendência em ver e apresentar eventos internos e externos à luz de lentes desfocadas, excessivamente otimistas.

O custo de enxergar errado e de lançar mensagens que não condizem com a realidade é alto para os agentes de decisão e os agentes econômicos.

Sugere que se dê uma resposta rápida a qualquer e toda crise econômica e divulgue a verdade com diplomacia, para que se aumente e mantenha a credibilidade em quem decide e faz acertos, com vistas a políticas de estabilização.

Bibliografia

- ACREFI; Revista Financeiro, série de 2004 a maio de 2008; www.acrefi.org.br; 2008.
- Bailey, M. J.; National Income and the price level, a study on Macrotheory; International Student Edition; Mac Graw Hill Company; Tokyo, Japan. 1962.
- Becker, Gary – Economics of Human Capital – University of Chicago Press – 1.978.
-
- Bernanke, Ben Shalom; Deflation: Making sure it doesn't happen here; Federal Reserve Board; National Economists Club; Washington D.C.; Nov. 2002.
- Bernanke, Ben Shalom; Downside danger; Why the world's central banks must become more vigilant about falling prices; Doing Business; Nov./ Dec. 2003.
- Bernanke, Ben Shalom; A crash course for central bankers; www.foreignpolicy.com; 2000.
- Banco Central do Brasil; Relatório Anual dos anos 1975 a 2007.
- Conjuntura Econômica; vol. 40 a 62, n^{os} 1 a 12; Fundação Getulio Vargas.
- Dornbush, Rudiger e Fisher, Stanley; Macroeconômicas; Mac Graw Hill; 1981.
- Erasmus; Éloge à la folie; Classiques; Université de Quebec; Uqac; 2.008.
- Galbraith, John Kenneth; O Novo Estado Industrial; Novos Ubrais; Livraria Pioneira Editora; 1973.
- FEBRABAN; Melhores Práticas na Gestão do Risco operacional; Grupo de Trabalho de melhores práticas, coordenação de Terence Augusto Guimarães et alii; São Paulo; março de 2006.
- Fraser, Donald & Rose, Peter S.; Financial institutions and markets in a changing world; third edition; Business publications, Inc.; 1987.
- Fuhrer, Jeffrey C. & Schuh, Scott; Beyond Shocks: what causes business cycles?; Conference Series n. 42.; Federal Reserve Bank of Boston; June, 1998.
- Kasznar, Istvan Karoly; em Financeiro, A revista do crédito; anos 2 a 6, n^{os} 16 a 53.
- Kasznar, Istvan Karoly; Estresse empresarial no Brasil e a nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas; em Recuperação de Empresas; organizadora Fátima Bayma de Oliveira; Pearson Prentice Hall; 2006.
- Kasznar, Istvan Karoly; O índice de desenvolvimento social e humano no Brasil; Financeiro, A Revista do Crédito; ano 4; n. 33; mar. 2006.
- IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional – Modelos de previsão de falências e concordatas: da ADM às redes neurais e à Teoria do caos na prática; mimeo. Depto Pesquisas. Vol 642; www.ibci.com.br ; 2005.*
- RAP – Revista de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas – FGV; série completa, dos anos 1994 a 2008.**
- Wikipedia; Alan Greenspan; www.wikipedia.org; 2006.
- Wikipedia; Economic crisis of 1.999; www.en.wikipedia.org; 2006.
- Wikipedia; Federal Reserve System; www.wikipedia.org; 2006.
-

Autor: Istvan Karoly Kasznar é PhD. em Business Administration pela Califórnia Coast University – CCU; Mestre em Economia pela Escola de Pós Graduação em Economia da FGV; Técnico em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela EBAPE – FGV; Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Especialista em Banking pela Universidade de Berkeley – Califórnia – USA. Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE. Economista – Chefe da ACREFI; CEO da Institutional Business Consultoria Internacional; Conselheiro do SECIF e do

Instituto Dannemann – Siemen de Propriedade Industrial. Membro – representante do Grupo de Estudos da Previdência, na FEBRABAN. Especialista em Macroeconomia; Banking; Estratégias e Controles Bancários Avançados. Professor – conferencista do IBMEC; da PUC – Pontifícia Universidade Católica; e da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (istvan@fgv.br ; istvan@acrefi.org.br). Telefone: 55 – 21 – 22637017.